



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

Silva
al
J. Rosalino

ATA Nº. 16

Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, reuniu a Assembleia Municipal de Arraiolos, pelas vinte horas e trinta minutos, em sessão ordinária, na sala de reuniões do edifício Arraiolos - Multiusos.

Estiveram presentes:

- Isaura da Conceição Serra Barreiros - *Presidente*
- Catarina Cartaxo Correia dos Loios – *1ª. Secretária*
- José Augusto Silva Rosalino – *2º. Secretário*

E os membros:

José Manuel Nunes Pinto; Paula Alexandra Bexiga Pastaneira; Isalina de Jesus Pereira; Manuel Dinis Passinhas Cabeça; Paulo Alexandre Reis da Silva; Pedro Manuel Martins Silveira; Lara Guadalupe Gingão Coelho; Maria Manuel Pimpão Gabriel; José Júlio Ferreira dos Loios; Tomás Inácio de Paiva Calhau; Helena Isabel Maneiras Espadaneira; Rui Manuel Cosme Estriga; Nuno Manuel Valadas Rebocho; Daniel Fernando Canôa Coelho e José Joaquim Branco Lopes.

Faltaram, por motivo justificado: António Francisco Correia Tragedo e Joana Rosa Martins Carreiras.

Do órgão executivo estavam presentes a Presidente da C. M. e os Vereadores Jorge Macau, Carla Romana, João Campos e Delfina Lima.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

A Presidente da Mesa indicou a abertura de inscrições para intervenção neste período, informando não ter sido possível remeter a proposta de ata da última reunião, ficando assim, adiada a sua apreciação e votação para a próxima sessão.

Conforme ordem de inscrição, usaram da palavra os seguintes membros:

- *Paula Pastaneira* que questionou como estavam a decorrer os trabalhos de limpeza dos terrenos rurais e urbanos no concelho, dado que o prazo determinado termina amanhã, dia 30.



Será
de 20/04/2019

Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

- *Manuel Cabeça* indicou ter redigido, em nome dos eleitos da bancada do PS, um pequeno texto alusivo ao 25 de Abril e 1º de Maio que não teve a oportunidade de enviar previamente, deixando à consideração da Mesa o que entenda, de qualquer forma não quis deixar em branco a referência às datas.

De seguida, passou à leitura do texto intitulado - Entre o 25 de Abril e o 1º de Maio

“Caros colegas, que me permitam este atrevimento de tratar todos como colegas, prerrogativa dada pela democracia alcançada há 50 anos atrás.

Não pretendo faltar ao respeito a nenhum de vós, nem ser sobranceiro a este espaço que, de quando em vez, nos une, nos força a estar juntos, repito-me, prerrogativa dada há 50 anos atrás por uma revolução que mudou o país.

A bancada do partido socialista não teve oportunidade de apresentar uma noção ou uma qualquer referência que marcasse uma pseudo agenda política desta assembleia municipal.

Contudo e porque este é um encontro de nos sentirmos entalados entre a democracia de abril e a comemoração do trabalhador, no dia 1 de maio, não podemos, nem queremos deixar passar em branco a data.

Há quem se queira apropriar da data do 25 de abril, como se ela tivesse um dono. Não tem, é livre, é de todos e de cada um.

É data bravia, solta e selvagem que tem dificuldades em se sentir presa ou condicionada a quem e por quem quer que seja.

De tal modo que há gente que, para fazer sombra a uma, quer comemorar outra, por coincidência também datada de 25 mas de novembro.

Revemo-nos em todas as datas que marcam e celebram a democracia. Tal como a próxima, o 1º de maio em que se celebra o trabalho e o trabalhador.

Contudo e nos tempos que correm, marcados por guerras e conflitos, extremismos e dúvidas que nos assolam, contra a precariedade profissional e social importa destacar abril. Tudo o que foi, tudo o que é e tudo o que deverá ainda ser.

Não pretendemos celebrar abril ou o trabalhador por uma questão de mera memória. Por muito que essa memória nos honre e orgulhe e nos faça sentir alguma saudade.

Queremos e pretendemos celebrar abril por aquilo que ele hoje representa, a democracia, a liberdade, o pluralismo, o multipartidarismo, a diversidade de posições e opiniões e, de igual modo, o respeito que essa diversidade nos implica e impõe.

Mas mais que celebrar e honrar a memória de abril, queremos celebrar o seu futuro, o que deve ser e representar para estas novas gerações e para todas as outras que não de nascer.

Abril é liberdade, democracia, educação, saúde, respeito e consideração. Mas abril é,



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

JMC
al
BR 2004

essencialmente, futuro, participação, debate, consciência crítica.

Enquanto eleitos à Assembleia Municipal do município de Arraiolos, queremos preservar a memória e construir o futuro. Construção que deve ser feita pela participação, pelo debate, pelo envolvimento e implicação, pela proximidade às pessoas, por pretendermos ir ao encontro das pessoas.

Enquanto eleitos e enquanto participantes nas estruturas democraticamente eleitas pelo povo, tudo deveremos fazer para preservar esse legado. Como, envolvendo as pessoas, dando contado que se faz e do que fazemos, chegando às pessoas não apenas em momentos eleitorais mas ao longo de todo um ciclo político.

Enquanto eleitos queremos apenas expressar o nosso empenhamento na construção de abril e do trabalhador. Todos os dias.”

A Presidente da Mesa agradeceu a intervenção indicando, tal como foi referido, tratar-se de um texto sem qualquer referência a moção, pelo que não será sujeita a votação, ficando, contudo, incluída na ata.

- *José Pinto* lamentou que a eleita do PSD não esteja presente para poder contrapor à sua opinião sobre o discurso proferido na sessão solene do 25 de Abril, que mais uma vez, veio colocar a questão da comemoração do 25 de novembro que, muito embora seja livre de pensar o quiser sobre todo o processo que ocorreu em 1974, convém respeitar o 25 de Abril, que é data que marca a democracia em Portugal destacando-se: nos direitos das mulheres, nos direitos dos trabalhadores, na liberdade, na democracia, nos eleitos locais. Considera inqualificável que queiram colocar a comemoração do 25 de novembro tão ou mais importante que o 25 de Abril, deixando como comentário “se devemos continuar a ser tolerantes com os intolerantes”. Continuando, referiu ainda que o Partido Socialista teve também responsabilidades na alteração significava das comemorações do 25 de Abril no concelho, não lhe ficando bem, por isso, a ausência nas mesmas.

Não havendo mais inscrições, a Presidente da Mesa informou que seguindo o critério iria dar a palavra à Presidente da C. M., para responder, caso entenda, à questão colocada, seguindo-se um segundo período de intervenções.

A Presidente da C. M. esclareceu que o prazo fixado para a limpeza de terrenos (30 de abril) refere-se aos terrenos rurais não se aplicando aos urbanos, de qualquer forma garantiu estarem a decorrer dentro da normalidade, embora este ano, com as oscilações das condições atmosféricas, seja propício a um maior crescimento de ervas que o habitual.

Durante o segundo período intervieram:



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

- *Tomás Calhau* que agradeceu a todos os que participaram nas comemorações do 25 de Abril esperando que participem igualmente na comemoração do 1.º de Maio, que marca o Dia do Trabalhador. Agradeceu à Câmara Municipal e Junta de Freguesia de Arraiolos a forma como foram planeadas as comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, que irão decorrer durante o ano. Enalteceu a importância da data, muito embora, reconheça que a forma como muitos veem o 25 de Abril seja diferente de geração para geração, sendo até difícil os mais novos entenderem o que se passou antes e a atualidade.
- *José Pinto* evidenciou para a importância de não serem esquecidos os valores de Abril e de continuarem a serem transmitidos aos mais novos, que desconhecem que no nosso País se viveu num regime onde perdurava a censura, a miséria, opressão, escuridão e guerra. Elogiou a mobilização que houve por parte de todos para comemorar o 25 de abril, e perante os cenários das últimas eleições é necessário preservar esses valores.

Não havendo mais inscrições, a Presidente da Mesa deu por encerrado este período passando ao **Período da Ordem do Dia:**

- 1. Apreciação da Atividade Municipal;**
- 2. Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Arraiolos;**
- 3. Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2023;**
- 4. Proposta de Regulamento do Conselho Municipal de Segurança.**

1. INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL:

A Presidente da Mesa colocou em discussão a informação emitida pela Sr^a. Presidente da Câmara Municipal no cumprimento da alínea c), do ponto 2, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro relativamente à atividade que decorreu entre a última reunião e a presente, a qual foi remetida antecipadamente a todos os presentes.

Intervieram:

- *Maria Manuel Gabriel* que solicitou esclarecimentos sobre três situações referidas no documento: página 3 - Participação no exercício de montagem e funcionamento de um NecPro – Évora; página 7 onde é referida a adjudicação ao Arquiteto João Vieira à reabilitação da EB1 e página 15, em que indicam que houve reabilitação das piscinas.
- *Manuel Cabeça* apresentou os seguintes pedidos de esclarecimentos: 1.º. O que é, como surgiu e quem são os associados da Associação de Municípios para a Gestão das Águas



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

Silva
cl-
2024

Públicas do Alentejo; 2º. A que se devem os pedidos de mobilidade que surgiram nos serviços, nomeadamente, de um Arquiteto e uma Técnica Superior para outros organismos, que muito embora tenha havido outras mobilidades para cá, ficou apreensivo tendo em consideração da necessidade que o concelho e o interior têm na fixação de técnicos superiores. Por último, referiu que no ponto relativo ao aprovisionamento – aquisição de serviços - consta a descrição – elaboração de projeto de recuperação da torre do relógio – questionando se poderá perspetivar a valorização municipal do Castelo de Arraiolos.

A Srª. Presidente da C. M. esclareceu, com o apoio do Coordenador do Gabinete de Proteção Civil, que a participação no exercício de montagem e funcionamento de um NecPro-Évora consistiu num exercício distrital organizado pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil em conjunto com o Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses da PJ na instalação e montagem de um Necrotério Provisório (morgue) e simulação do funcionamento do dito espaço. Continuando, informou que a reabilitação da EB1, localizada no antigo edifício da escola básica na Rua Outeiro de S. Pedro, pretendendo-se melhorar as condições do edifício, até porque é utilizado por várias associações. Quanto à reabilitação da piscina, refere-se a pintura do espaço e aplicação de impermeabilizante. Relativamente à Associação de Municípios para a Gestão das Águas Públicas do Alentejo informou ser composta por 20 municípios, fazendo parte, do Distrito de Évora ,Arraiolos, Montemor-o-Novo, Vendas Novas e Viana do Alentejo e os restantes do Baixo Alentejo, tendo sido constituída em 2011, e o nosso município entrado em 2013 que, em parceria com o Estado – Águas de Portugal, foi criada a empresa Águas Públicas do Alentejo, responsáveis pela água “em alta” de muitas freguesias e pelas ETAR’s. Em relação à mobilidade de 2 Técnicos informou que foram requeridos por ambos para a mesma entidade – Finanças – e que por regra a C. M. não tem impedido, uma vez que respeita a vontade dos trabalhadores em melhorarem as suas condições de vida. Por fim, informou ser intenção da C. M. reabilitar a Torre do Relógio que tinha vindo a ser tratado com a Direção Regional de Cultura, quanto ao Castelo reafirmou, uma vez mais, que a C. M. está disponível para aceitar a competência desde que sejam garantidos meios financeiros e técnicos.

A informação ficará arquivada na pasta auxiliar de atas/2024.

2. PLANO MUNICIPAL DE ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS DE ARRAIOLOS:

A Presidente da A. M. considerou haver condições para a análise do documento em questão, dado ter sido adiada na última sessão, colocando o ponto em apreciação e discussão.

Sobre o mesmo intervieram:



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

- *Maria Manuel* considerou o plano um pouco complexo, colocando algumas dúvidas; nomeadamente às 2 ribeiras referenciadas na página 50, desconhecendo a existência de uma com o nome de Ribeira de Arraiolos e outra que julga estar incorreto o nome que refere Ribeira da Terra, quando deverá ser – de Tera. Referiu que, na página 57, é indicada a referência à utilização de dados dos Censos de 2011, julgando que deveria ser revista uma vez que há dados mais recentes, nem que sejam os preliminares de 2021. Considerou que o quadro com os indicadores da capacidade adaptativa, referido na página 63, não está de acordo com o que está na legenda solicitando esclarecimentos, nomeadamente à proporção de produtores agrícolas singulares com 65 ou mais anos, assim como, a proporção da população residente sem ar condicionado porque julga que o legendado contradiz os indicadores. Deu indicação de uma gaffe, na página 69, que refere freguesia de S. Gregório e Santa Susana, quando deveria referir Santa Justa. Solicitou ainda esclarecimentos sobre as discrepâncias entre os mapas que são apresentados no ponto 3 relativos à sustentabilidade aos indicadores e os do ponto 8, da vulnerabilidade, assim como, o referido na página 84 quando referem *pressão nas massas de água*. Questionou, a nível das entidades privadas referidas nos quadros a partir da página 104, se já foram contactadas. Finalizando, a título de resumo, referindo ter constatado haver muitas medidas, sem que nenhuma delas esteja implementada, com um prazo estipulado longo, havendo a indicação que as priorizaram de igual forma, sugerindo se não seria benéfico priorizarem com alguma rapidez alguma delas, uma vez que é uma questão que urge resolver.

A Presidente da C. M. informou que realmente existe a ribeira de Arraiolos quanto nome da outra ribeira confirmou que é Tera, e que tal erro de dactilografia iria ser corrigido, tal como, o nome da localidade de Santa Justa. Esclareceu que este processo foi adjudicado pela CIMAC, tendo iniciado já há uns anos e a equipa baseou-se nos dados da altura – Censos de 2011 - tanto para o processo da CIMAC como para os 14 municípios do Alentejo Central que atualmente acabam por estar desatualizados. Salientou que aquando da elaboração do Plano foram feitas reuniões de trabalho com as entidades e com alunos da escola onde foram identificados os riscos e as vulnerabilidades. Informou que as prioridades são consideradas por igual porque ou se trabalha em todas as frentes ou muito dificilmente se consegue inverter as alterações climáticas, de qualquer forma está a ser avançado com o plano de arvoredo, sendo intenção avançar com outros, mas o importante era prosseguir com todos eles. De seguida, solicitou que o Coordenador do Gabinete de Proteção Civil, Eng.º. Acácio, respondesse às questões técnicas colocadas, tendo o mesmo esclarecido que o Plano agora presente vêm no seguimento do plano estratégico intermunicipal para todo o Alentejo Central e numa segunda fase avançou para os planos municipais, daí ter os



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

dados de 2011, mas sendo possível corrigir alguns dados e texto. Referiu que o plano tem horizonte muito longo – 100 anos – que vai sendo aferido ao longo dos anos. Esclareceu como chegaram aos resultados e como decorreram as reuniões com as entidades/empresas envolvidas e escola, realçando que se avançou já com o projeto do arvoredo para cumprimento de legislação que terá 3 fases: inventariação, regulamento (que será apreciado por este órgão) e plataforma colaborativa que terá a identificação de todo o arvoredo e todas as ações que poderão ser acompanhadas por todos.

A Presidente da Mesa agradeceu os esclarecimentos do Engenheiro Acácio.

Solicitando a palavra, Manuel Cabeça relativamente ao plano de arvoredo, que julga ser para futuro, questionou como iria ser considerado o arvoredo que está a minar o nosso concelho, como a vinha, olival intensivo e amendoeiras e se o Município tem alguma ação para inverter a situação.

A Presidente da C. M. esclareceu que o plano de arvoredo se refere à parte urbana e não rural, de qualquer forma, considera que nos últimos tempos têm havido uma alteração da nossa paisagem, assim como, na infertilidade dos solos face às culturas implantadas em todo o Alentejo, cuja modificação parte de alterações legislativas não tendo a Câmara intervenção nessa matéria.

Não havendo mais intervenções a Presidente da Mesa colocou à votação o documento, o qual foi aprovado, por unanimidade.

- *José Pinto* apresentou declaração de voto: *“Voto favoravelmente mas de qualquer das formas trata-se de uma questão limitada no Plano Municipal. Penso que algumas das situações levantadas no debate seriam bem colocadas ao Ex-Ministro Capoulas Santos, à União Europeia, à EDIA e a outras entidades que, infelizmente tem tratado Alqueva e as propostas do PCP/CDU para o banco de terras conforme têm tratado.”*

3. RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2023:

Foi submetida a proposta da C. M. constando o Relatório de Gestão e a Prestação de Contas relativo ao ano de 2023 devidamente elaborados de acordo com a legislação em vigor, os quais foram disponibilizados, antecipadamente e dentro dos prazos legais.

A Presidente da C. M. fez um breve resumo do relatório salientando que a receita efetivamente arrecadada foi de 15.926.536,46€, com um grau de execução de 94,5%, sendo 96,6% em receitas correntes e 79,2% em receitas de capital. Em relação à despesa foi 27,2%, de capital e 72,8% em correntes dos quais 31,4% foram despesas com pessoal, ou seja, aumentou em relação ao ano anterior 16,8%, devendo-se, essencialmente, à alteração do posicionamento remuneratório e à



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

admissão de mais trabalhadores, que à data de 31/12/23 eram de 204. Alegou que a nível de compromissos assumidos foram executados e pagos 89%. Informou ainda haver um deficit em relação à área de Educação no valor 301.539,52€ em relação à transferência de competências e ao Fundo Social Municipal de 105.215,37€, o que totaliza 406.754,89€. Finalizou referindo que foram cumpridas as regras estabelecidas na legislação em vigor, no tocante, ao equilíbrio orçamental corrente cuja execução superou os 85%, continuando a não haver pagamentos em atraso superiores a 90 dias, refletindo uma situação económica saudável, sublinhando que o Relatório reflete a continuidade de uma boa saúde financeira.

Sobre a documentação entrevistaram:

- *Maria Manuel* solicitou esclarecimento sobre as datas dos empréstimos, referidos na página 16, se são os mesmos dos indicados na página 77, quando refere datas diferentes. Continuando, perguntou o que ficou por fazer em termos de Plano Plurianual de Investimentos, em que ponto está o PDM e para quando a finalização da obra do espaço da feira e Casa Mortuária. Colocou dúvidas ao referido na página 33 – ativos fixos tangíveis e ao referido relativamente aos fundos comunitários em excesso questionando se houve necessidade de devolver e porquê. Referiu ainda que os indicadores económico-financeiros indicam uma ligeira descida perguntando se há alguma justificação. Saliu ainda que a frase indicada na página 46 “... quando a globalidade das despesas foram inferiores às receitas...” deveria ser revista porque julga que o correto será o contrário. Por fim, questionou sobre a grande diferença dos depósitos bancários à ordem do ano 2022 para 2023 (página 53).

A Presidente da C. M. esclareceu os quadros tanto da página 16 como da página 77 são uma questão contabilística, que para calcular a capacidade de endividamento vai buscar a referência a 2014. Quanto às obras em falta são obras que estão em curso, como, o parque da feira que espera por ocasião da Feira de S. Boaventura possamos usufruir do espaço e a Casa Mortuária que já foi adjudicado a uma nova empresa para conclusão dos trabalhos em falta esperando que em breve seja concluída a obra. Relativamente ao PDM referiu estar num impasse há cerca de 2 anos, dada a falta de resposta por parte da APA – Agência Portuguesa do Ambiente, garantindo que tem feito uma grande pressão junto da CCDRA e do arquiteto que está a acompanhar o processo para pressionarem esse organismo, que respondeu a algumas questões mas levantou outras, que já foram respondidas estando a aguardar novas indicações. Quanto às outras questões solicitou que a Técnica da Área Financeira, Dr^a. Helena Pedreirinho, respondesse visto se tratar de esclarecimentos técnicos, a qual informou que os ativos fixos tangíveis alteraram devido a obras de investimento, dando o exemplo da obra da barragem do Divor e grandes reparações de edifícios,



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

como a reparação do telhado do Mundo Rural em Vimieiro, que acabam por aumentar a vida útil dos espaço, originando assim a alteração. Quanto aos fundos comunitários referiu que não houve qualquer devolução, sendo o excesso referido sido originado pelo próprio programa contabilístico que num ano amortizou mais do que devia ter sido feito e no ano seguinte o programa fez o acerto.

Retomando a palavra, a Presidente da C. M. referiu que a referida frase realmente não está correta e iria ser retificada. Quanto ao valor indicado em “outras” em Fundo Social, refere-se a receitas provenientes do pagamento por parte dos encarregados de educação relativamente a refeições.

Não havendo mais intervenções, a Presidente da Mesa procedeu à votação da proposta, a qual foi aprovada, por maioria, com treze votos favoráveis dos eleitos da CDU, um voto contra assumido pelo Manuel Cabeça (PS) e quatro abstenções dos restantes eleitos do PS.

4. PROPOSTA DE REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA:

A Presidente da C. M. fez uma breve introdução referindo que o Conselho Municipal de Segurança de Arraiolos é uma entidade de âmbito municipal, com funções de natureza consultiva, de articulação, coordenação, informação e cooperação. Realizou a sua 1.^a reunião em 26/02/2024, onde foi aprovada a presente versão de regulamento, posteriormente aprovado em reunião da Câmara Municipal, que agora se submete a aprovação da Assembleia Municipal. Elencou todas as entidades que compõem este órgão, conforme consta do artigo 5.º do Regulamento. Disse também que a este conselho compete emitir pareceres sobre um vasto conjunto de matérias, essencialmente de acompanhamento e apoio das ações dirigidas à evolução dos níveis de criminalidade na área do município, índices de segurança e o ordenamento social no âmbito do município, à prevenção e controlo da delinquência juvenil, à prevenção da toxicodependência e à análise da incidência social do tráfico de droga, entre outras. Este conselho tem também um conselho restrito que conforme o próprio nome indica, é composto apenas pelo presidente da Câmara Municipal, do Vereador responsável pelo acompanhamento das questões de segurança e pela Guarda Nacional Republicana. Referiu também que este conselho já tem as reuniões agendadas até ao final do ano. Voltou a salientar que o conselho já tinha feito uma primeira reunião, que todas as entidades já tinham tomado posse à exceção de duas entidades que estão em falta.

A Presidente da Mesa referiu que na primeira reunião do Conselho Municipal de Segurança foi apresentada a proposta de regulamento ao próprio conselho, mas que tem agora que ser submetido a aprovação desta assembleia.

Conforme inscrição, usou da palavra o seguinte membro:



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

-
- *Manuel Cabeça* disse que tinha uma nota e uma questão apresentar, nomeadamente, a 1.ª nota – a maioria que aqui existe e dada a vontade eleitoral que respeita, disse que apenas por respeito institucional, seria de evitar o óbvio, constando na página 2 que o regulamento está aprovado só faltando colocar a data, sugerindo que o espaço tivesse ficado em branco ou sujeito a deliberação e não aprovação.
 - 2.ª nota, nesta alínea e à semelhança do que a Sr.ª Presidente respondeu da última vez que tinha colocado a questão relativamente ao Conselho Municipal de Educação, imagina que haja conversas com todos os elementos deste Conselho de Segurança que está bem montado, que não põe em causa nem contesta, mas para quando também o Conselho Municipal de Educação, tendo em consideração que também faz parte das regras institucionais do regime democrático definido.

- 1.ª questão: Como analisa o município a evolução dos níveis de criminalidade na área do concelho e do município, isto é, existem dados que ultrapassam sentimentos ou opiniões meramente individuais, há um estado de espírito que começa a grassar de alguma incomodidade relativamente a algumas situações, não diria de crime organizado, mas que começam a criar alguma entropia e incómodo na população.

- 2.ª questão: Como pensa o município responder à escassez de meios operacionais para dar resposta ao município na sua extensão, nomeadamente naquilo que é referido como os dispositivos de segurança quer no âmbito da comissão alargada quer no âmbito da comissão restrita?

A Presidente da Mesa interveio dizendo que, enquanto membro integrante do Conselho Municipal de Segurança de Arraiolos, esteve presente na reunião de 26 de fevereiro do corrente ano, onde os dados relativos à de segurança do Concelho de Arraiolos foram apresentados pelo comandante da GNR, tendo referido que Arraiolos, a nível nacional, estava no último terço de criminalidade em 2023. A nível do distrito é o terceiro concelho com menor criminalidade. Em 2023 houve em Arraiolos 178 crimes, sendo que a grande maioria foram detenções de indivíduos sem carta de condução ou de consumo de álcool. Em termos de questões relacionadas com integridade física foram registados 12 crimes, de violência doméstica foram registados 15 crimes, sendo que, de acordo com o relatório da GNR, na sua maioria, de violência verbal. Não foram identificados, até ao momento nem em 2023, quaisquer situações relacionadas com imigração, com imigrantes ou etnias minoritárias. A nível escolar foram reportadas duas situações à escola segura, em contexto escolar. Referiu também que em 2024 e até à data da reunião do conselho, em fevereiro, os crimes de embriaguez e condução sem carta de condução eram os crimes mais registados. Referiu também que em relação aquelas questões de segurança foram ainda identificadas, pelo Sr. Comandante dos Bombeiros Voluntários, em 2023, 26 acidentes de viação, maioritariamente na Estrada Nacional



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

N.º4, com despistes, colisão e atropelamento. Salientou também a ocorrência de 10 incêndios rurais com baixa área ardida, no total de cerca de 5 ha.

A Presidente da C.M. usou da palavra, dizendo que o objetivo do Conselho Municipal de Segurança é de relatar as situações reais e os números reais das ocorrências registadas em todo o concelho de Arraiolos, tendo sido feita esta abordagem na primeira reunião com as entidades presentes, sendo importante que tenhamos conhecimento de todas estas situações.

Relativamente à questão colocada sobre segurança no concelho de Arraiolos, referiu que o número de efetivos que existe nos vários concelhos é uma preocupação e que o conselho municipal de segurança também se pronuncia sobre esse assunto, mas vai muito além daquilo que são as competências das autarquias, sendo uma competência do Ministério da Administração Interna, existindo uma grande preocupação pela falta de efetivos das forças de segurança não só a nível local, regional, distrital como também a nível nacional. Relativamente ao conselho municipal de educação, não sendo este o ponto, disse que o mesmo terá uma reunião do grupo de trabalho para os transportes escolares em maio, e posteriormente uma outra geral.

De acordo com as inscrições, usaram da palavra:

- *Tomás Calhau* leu o texto do n.º 2 do Artigo 19.º que refere “Os pareceres aprovados pelo Conselho são submetidos à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, para apreciação, com conhecimento das forças de segurança com competência no Município.”, questionando se o que for aprovado vai à Assembleia Municipal para apreciação, conhecimento ou aprovação?

A Presidente da Mesa respondeu dizendo que os Pareceres vão à Assembleia Municipal para apreciação, podendo pronunciar-se e não deliberar sobre o Parecer.

- *José Pinto* disse que queria referir que este regulamento é ou não é aprovado pela Assembleia Municipal. O facto de estar no regulamento “aprovação” nada tem a ver com maioria na assembleia municipal, sintetizando, é aprovado, entra em vigor, não é aprovado termina a história do regulamento.
- *Manuel Cabeça* interveio referindo 2 notas, a questão que coloca diz respeito aquilo que são os dados, e aquele que é um estado de espírito e de sentimentos que se vai expressando cada vez mais no concelho de Arraiolos, não pondo em causa que o concelho é seguro, tranquilo, que manifestamente não é marcado por questões de criminalidade, muito menos grave, mas a questão que se coloca e que o preocupa é o estado de espírito e o sentimento das pessoas e tendo em consideração as competências das pessoas vão exatamente no sentido de emitir parecer



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

Surreal
Glaser

relativamente à gestão da rede e do dispositivo, fazendo suas as palavras do Tomás Calhau, que tenhamos acesso a esses pareceres e saibamos qual é a posição não apenas do Conselho Municipal de Segurança mas também do próprio Município.

- José Pinto interveio dizendo que a questão da segurança como a questão de outras situações que foram acontecendo ao longo dos últimos anos com os sucessivos governos, salientando a extinção dos pagamentos dos transportes, das credenciais de transporte, o encerramento sem qualquer tipo de critério dos centros de saúde, extensões de saúde por todo o país, a questão dos postos da GNR que foram sendo encerrados assim como de um grande pacote de competências para as autarquias. Afirmou que em todas as reuniões o Partido Socialista questiona a transferência do Castelo para o Município e o reduzido número de efetivos da GNR no concelho. Disse também que as responsabilidades políticas devem ser assacadas a quem de facto as tem. Referiu ainda que algumas destas questões foram competência da Administração Central, e continuam a ser, porque não houve nenhuma transferência de competências houve transferência de despesa. Considera que estes tipos de afirmações são lesivas da verdade relativamente aquilo que são as suas afirmações na Assembleia Municipal e da CDU.
- *Manuel Cabeça* interveio dizendo que é esta a diferença que os desune, entre o que é uma bancada e o que é a posição do José Manuel Pinto e a posição de outra bancada, da do PS, em termos particulares. Como chamada de atenção e não para colocar em causa a segurança do conselho porque não é esse o entendimento que se pretende, mas porque passa a haver um espaço próprio do Município onde pode ser dado o parecer e ser chamada a atenção para a realidade local, podermos manifestar sobre o parecer, obviamente não o podemos alterar porque ele é dado por quem de direito e que tem as competências próprias para o fazer, no entanto se a Assembleia assim o considerar poderá reiterar, sublinhar e destacar as preocupações que sejam do município naquelas áreas que são da segurança ou outras quaisquer, é olhar para a frente e saber o que é que este conselho, estes eleitos, estes órgãos democraticamente eleitos desde há 50 anos atrás, poderão fazer em prol do conselho.

A Presidente da Mesa reafirmou que de facto, e nos termos do regulamento, os Pareceres vêm à Assembleia.

Seguidamente procedeu-se à votação tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

Para que todas as deliberações possam ter efeitos imediatos, foi elaborada uma minuta, que depois de lida, pela 1ª. Secretária, foi colocada à votação, de acordo com o disposto no n.º 4 do art.º 57.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, sendo aprovada, por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, foi a sessão encerrada pelas 22,10 horas, da qual e para constar se lavrou a presente ata, que depois de aprovada pela Assembleia, será assinada pela Mesa.

Isaura Serra

Catarina Castro Correia dos Santos

Robelino